REVISTA
INTERDISCIPLINAR DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ISSN 3086-7401

RIDES

ENSAIO TEÓRICO-METODOLÓGICO PARA COMPREENDER O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: INTERFACES ENTRE ATORES, REDES, DISCURSOS E TRADUÇÕES

A THEORETICAL-METHODOLOGICAL ESSAY FOR UNDERSTANDING SUSTAINABLE RURAL DEVELOPMENT: INTERFACES AMONG ACTORS, NETWORKS, DISCOURSES, AND TRANSLATIONS

Adilson Francelino Alves[1]

Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor Permanente no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).
E-mail: adilsonfalves@gmail.com[1]

Como citar: ALVES, Adilson Francelino. Ensaio teórico-metodológico para compreender o desenvolvimento rural sustentável: interfaces entre atores, redes, discursos e traduções. **Revista Interdisciplinar de Desenvolvimento Sustentável,** [S. l.], v. 1, n. 1, 2026. DOI: 10.48075/ne5tz911. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/rides/article/view/38264. Acesso em: 19 ago. 2026.

Resumo: Os estudos do desenvolvimento rural sustentável (DRS) contam com correntes teóricas que analisam fatores econômicos, capacidades internas, dinâmicas institucionais, saberes locais ou relações de poder. A divisão analítica entre polos opostos — endógeno e exógeno, local e global, estrutura e ação, conhecimento técnico e saber prático — limita a compreensão das dinâmicas do campo. Para contornar essa limitação, propõe-se um caminho metodológico baseado em três referenciais: a perspectiva ator-orientada de Norman Long, o método documentário de Karl Mannheim e a Teoria Ator-Rede de Michel Callon e Bruno Latour. Long fornece elementos para observar a capacidade de ação dos indivíduos e os momentos de negociação e conflito. Mannheim permite acessar as concepções formadas no cotidiano de trabalho que não aparecem de forma explícita. Callon e Latour possibilitam acompanhar a construção de redes heterogêneas que associam pessoas, técnicas e recursos. A integração dessas abordagens, resulta em uma metodologia analítica que toma o desenvolvimento rural como um processo aberto, no qual o meio local se rearranja continuamente por meio de suas ligações externas.

Palavras-chave: desenvolvimento rural sustentável. Atores. Agência. visões de mundo. redes sociotécnicas. tradução.

Abstract Studies of sustainable rural development (SRD) draw on theoretical approaches that examine economic factors, internal capacities, institutional dynamics, local knowledge, and power relations. The analytical division between opposing poles, such as endogenous and exogenous, local and global, structure and agency, and technical knowledge and practical knowledge, limits our understanding of rural dynamics. To overcome this limitation, we propose a methodological approach based on three theoretical frameworks: Norman Long's actor-oriented perspective, Karl Mannheim's documentary method, and the Actor-Network Theory of Michel Callon and Bruno Latour. Long provides analytical tools for examining individuals' capacity for action and the moments of negotiation and conflict. Mannheim enables access to conceptions formed through everyday work that do not appear explicitly. Callon and Latour make it possible to trace the construction of heterogeneous networks that bring together people, technologies, and resources. The integration of these approaches results in an analytical methodology that understands rural development as an open-ended process in which the local environment is continuously rearranged through its external connections.

Keywords: sustainable rural development; actors. Agency. Worldviews. sociotechnical networks. translation.

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial- Compartilha igual 4.0 Internacional, o que permite compartilhar, copiar, distribuir, exibir, reproduzir, a totalidade ou partes desde que não tenha objetivo comercial e sejam citados os autores e a fonte.

INTRODUÇÃO

As transformações no meio rural nas últimas cinco décadas alteraram as perguntas formuladas pela sociologia rural. A modernização agrícola sustentou uma interpretação em que tecnologia, produtividade, mercado e integração econômica ocupavam o papel central. As críticas decorrentes das consequências sociais e ambientais dessa dinâmica impulsionaram outras leituras sobre o campo, focadas nas comunidades locais, na agricultura familiar, no saber-fazer dos produtores, nas organizações sociais e na conservação do meio ambiente. A literatura que fundamenta este artigo está situada em uma transição teórica mais ampla, caracterizada principalmente pelo questionamento das explicações puramente macroestruturais e também pela necessidade de dar atenção às interações cotidianas, às escolhas dos sujeitos e à heterogeneidade dos contextos rurais que se multiplicam à medida em que se observa mais atentamente os contextos empíricos.

Essa alteração no foco analítico não eliminou um impasse teórico persistente. Ao direcionar a atenção para o potencial dos territórios, parte das pesquisas passou a enfatizar o desenvolvimento endógeno, enquanto outros estudos mantiveram a ênfase nas pressões externas ligadas à globalização, à dinâmica dos mercados, às políticas públicas e às transformações técnicas. A oposição entre esses dois modelos produziu uma divisão analítica distanciada da forma como os processos rurais se organizam na prática. Buttel aponta que a leitura isolada dessas duas vias limita o entendimento do campo: a abordagem endógena perde o contato com processos econômicos mais amplos, enquanto a exógena encontra entraves para compreender as disputas de poder e as iniciativas construídas no dia a dia (Buttel, 1994).

A discussão ganha maior complexidade quando o desenvolvimento incorpora a exigência de sustentabilidade. Nessas condições, a análise não se resume a verificar a aplicação de recursos financeiros e a atuação de instituições, mas busca entender como os próprios produtores definem o que deve ser preservado, alterado ou produzido em seu meio. A sustentabilidade envolve saberes distintos, valores, interesses divergentes e disputas sobre o diagnóstico legítimo dos problemas ambientais e sociais. A contribuição de Pretty é tomada para demonstrar que a agricultura sustentável funciona como um processo aberto, atravessado por negociações e conflitos, em vez de constituir um pacote fixo de técnicas ou equipamentos. (Pretty, 1995 e 2008).

Para Jules Pretty (2008), o avanço do desenvolvimento rural sustentável (DRS) exige abandonar a ideia de que a sustentabilidade funciona como um modelo pronto ou um conjunto fixo de práticas reproduzidas sem alteração. A sustentabilidade opera como um processo contínuo de adaptação, aprendizagem e ajuste, no qual o resultado depende do contexto físico, social, econômico e institucional de cada localidade. Essa perspectiva desloca a atenção da simples entrega de tecnologias para a capacidade das populações de elaborar respostas frente a problemas reais, aceitando que caminhos distintos levam a resultados viáveis. O autor indica que a maior produtividade sem degradação do solo não decorre apenas da aquisição de novos insumos ou máquinas, mas do aproveitamento do conhecimento local, do trabalho em equipe e da cooperação entre os sujeitos envolvidos na gestão do solo e da água. Essa leitura se alinha ao caminho analítico deste artigo ao tratar o DRS não como um ponto de chegada, mas como uma dinâmica ajustada de forma constante pelas relações entre

agricultores, instituições, saberes técnicos, ferramentas e recursos naturais.

É nesse ponto que se estabelece o problema metodológico deste artigo. Se o desenvolvimento rural sustentável é constituído por relações entre diferentes atores, conhecimentos em distintos ecossistemas, como investigar essas relações sem reduzir a realidade rural a uma estrutura econômica, a uma cultura local ou a uma política institucional previamente definida? Como compreender simultaneamente a capacidade de ação dos atores, as experiências que orientam suas interpretações e as redes nas quais pessoas, instituições, conhecimentos e objetos se associam?

A resposta proposta nesse artigo procura articular de três perspectivas: A) Norman Long fornece uma abordagem ator-orientada capaz de examinar agência, arenas, campos de batalha do conhecimento e interfaces dos projetos de DRS. B) Karl Mannheim que oferece o método documentário para acessar visões de mundo e experiências que pertencem ao campo do conhecimento ateórico partilhado pelos agricultores. C) Michel Callon e Bruno Latour, por meio da Teoria Ator-Rede, permitem acompanhar redes sociotécnicas, processos de tradução, atores-mundo e mecanismos de estabilização e desestabilização das associações permitindo compreender a arquitetura das redes construídas por comunidades rurais e atores individuais e coletivos.

Este artigo procura transformar essa articulação em uma proposta metodologia para pensar o desenvolvimento rural sustentável. A hipótese metodológica é que cada perspectiva permite observar uma dimensão que permanece parcialmente invisível quando analisada pelas demais: Long permite localizar os encontros e conflitos entre atores; Mannheim possibilita interpretar as orientações práticas e as visões de mundo que sustentam esses encontros; e a Teoria Ator-Rede instiga a seguir os deslocamentos e associações que transformam as relações em redes sociotécnicas. A metodologia não procura fundir as três teorias em uma nova teoria geral, antes disso, procura estabelecer entre elas uma divisão analítica do trabalho de decodificação de projetos de DRS e no desenho de novas intervenções.

Para ilustrar como as três perspectivas teóricas podem operar de forma articulada na análise empírica, construímos um caso hipotético, elaborado a partir de dinâmicas recorrentemente documentadas pela literatura sobre desenvolvimento rural, agroecologia e extensão universitária (BOX 2. Seção 6.4). O caso acompanha a implantação de uma proposta de desenvolvimento rural sustentável em um território no qual agricultores e agentes de extensão são colocados em relação a partir de diferentes interesses, conhecimentos e formas de implementar uma agrofloresta. A situação permite observar como uma proposta inicialmente formulada em termos técnicos e institucionais é reinterpretada pelos atores, confrontada com conhecimentos e experiências locais e progressivamente modificada nas interações estabelecidas no território. Ao mesmo tempo, permite identificar como diferentes elementos humanos e não humanos participam da constituição da rede, como determinados atores procuram articular interesses e como essas articulações produzem momentos de estabilização, controvérsia e reconfiguração. O objetivo do caso não é reproduzir uma experiência empírica específica, mas tornar visível, em uma situação analiticamente controlada, o modo como agência, visões de mundo, interfaces, discursos, redes e traduções podem ser acompanhados conjuntamente na análise da construção do

desenvolvimento rural sustentável.

REFERENCIAL TEÓRICO

DESENVOLVIMENTO RURAL E A SUPERAÇÃO DAS DICOTOMIAS

A oposição entre desenvolvimento endógeno e exógeno tornou-se uma referência recorrente no debate sobre o desenvolvimento rural. O modelo exógeno, associado às estratégias de modernização, tende a situar os principais impulsos do desenvolvimento fora das localidades rurais, enfatizando a integração econômica, a tecnologia, o capital e as instituições externas. O modelo endógeno, por sua vez, desloca a atenção para os recursos presentes nas localidades, para a participação dos atores, para as identidades, os conhecimentos e as capacidades construídas internamente. Essas perspectivas não constituem somente modelos diferentes de intervenção, mas também diferentes maneiras de compreender onde se encontram as forças capazes de produzir mudança (Alves, 2008).

Os problemas dessa oposição mecânica aparecem quando observamos à campo as realidades empíricas. Uma localidade rural dificilmente consegue produzir seu desenvolvimento sem estabelecer relações com instituições externas, isso inclui uma série de elementos como: políticas públicas, mercados, tecnologias, organizações e fluxos de conhecimento. Ao mesmo tempo, esses elementos externos não entram em uma localidade como forças puras e invariáveis. Eles são apropriados, recusados, reinterpretados e transformados pelos atores. A relação entre local e externo constitui, portanto, um processo de mediação e não uma simples transferência.

Esse debate se insere também nas discussões dobre a globalização, Buttel (1994) alerta que a oposição entre globalização e relocalização reproduz limitações analíticas semelhantes: a primeira superestima forças macroestruturais, enquanto a segunda idealiza a capacidade adaptativa local sem vinculá-la a processos mais amplos. A perspectiva neoendógena supera essa separação ao investigar como as localidades mobilizam recursos internos e negociam simultaneamente com forças externas, tornando a relação entre local e extra-local o objeto central da análise (Ward et al., 2005; Lowe; Murdoch; Ward, 1995).

Essa discussão oferece o primeiro fundamento da metodologia proposta. O desenvolvimento rural não deve ser classificado previamente como endógeno ou exógeno. Como pesquisadores devemos investigar como elementos provenientes de diferentes escalas são incorporados às práticas locais e como os próprios atores transformam aquilo que recebem de fora. O objeto da análise deixa de ser um modelo de desenvolvimento e passa a ser a relação entre atores, recursos, conhecimentos e instituições em situações concretas.

Essa mudança analítica é a antessala que prepara a entrada para uma abordagem orientada ao ator. Ou seja, se o desenvolvimento é produzido no encontro entre forças diversas, torna-se necessário identificar os sujeitos que interpretam essas forças, negociam com elas e agem sobre elas. A pergunta deixa de ser apenas quais estruturas determinam o desenvolvimento rural e passa a incluir como os atores processam essas condições e transformam suas possibilidades de ação.

Sustentabilidade como processo social

Adicionalmente a sustentabilidade introduz outra camada de complexidade porque o termo não possui um conteúdo único e acabado. A discussão apresentada a partir de Pretty considera a agricultura sustentável um processo aberto, sujeito a negociações e conflitos, que requer a construção de novas habilidades e competências para que os atores possam participar ativamente das políticas de desenvolvimento (Pretty, 1995; 2008)

Essa concepção altera o modo de formular o problema da sustentabilidade. Se ela não corresponde a um conjunto fechado de tecnologias, também não pode ser tratada simplesmente como uma propriedade objetiva de determinada prática agrícola como, por exemplo, a agroecologia. O significado de sustentabilidade, dada e observada pelos sujeitos, passa a depender das relações sociais por meio das quais os atores se mobilizam para definir problemas, avaliar as consequências e estabelecer prioridades. Nesse contexto, o próprio processo de definição constitui objeto estudado.

Box 1. Pressupostos metodológicos para analisar o DRS

1. **O desenvolvimento rural sustentável é um processo relacional.** Não resulta da aplicação linear de políticas ou tecnologias, mas das interações estabelecidas entre atores, instituições, conhecimentos, recursos materiais e condições ambientais.
2. **Os atores possuem capacidade de agência.** Agricultores, técnicos, organizações, gestores públicos e demais participantes interpretam, negociam e transformam continuamente as propostas de desenvolvimento, produzindo resultados que não podem ser previstos apenas pelas políticas formuladas.
3. **As visões de mundo orientam as práticas.** As decisões dos atores são influenciadas por conhecimentos produzidos na experiência cotidiana, valores, memórias e formas próprias de interpretar a realidade, que frequentemente permanecem implícitos nos discursos públicos.
4. **Os processos de desenvolvimento ocorrem em arenas de negociação.** O desenvolvimento é construído em interfaces nas quais diferentes interesses, racionalidades, conhecimentos e projetos entram em contato, estabelecendo relações de cooperação, conflito e mediação.
5. **As redes sociotécnicas organizam a ação coletiva.** O desenvolvimento emerge da associação entre pessoas, instituições, tecnologias, normas, recursos naturais, documentos e outros elementos que atuam conjuntamente na configuração das práticas sociais.
6. **As traduções produzem estabilidade ou mudança.** Atores procuram mobilizar outros participantes, redefinir problemas, construir consensos e estabilizar determinadas configurações da rede. Esses processos permanecem provisórios e podem ser continuamente reconfigurados.
7. **A sustentabilidade constitui uma construção dinâmica.** Em vez de representar um estado final ou um modelo único, o DRS resulta de processos permanentes de aprendizagem, adaptação, negociação e reorganização das relações entre sociedade, economia e ambiente.

Fonte: Articulação das ideias centrais em Long, Mannheim, Callon e Latour. Organização: Elaborado pelo autor.

Isso não significa que todas as interpretações tenham o mesmo conteúdo ou que critérios científicos devam ser abandonados. Significa que o pesquisador precisa observar como os diferentes critérios são mobilizados pelos atores nas situações concretas que emergem dessas interações. Um problema ambiental pode ser interpretado por um agricultor a partir de sua experiência produtiva, por um técnico a partir de parâmetros agronômicos, por uma organização social a partir de uma determinada concepção de autonomia e por uma instituição pública a partir de indicadores normativos. Assim, análise do desenvolvimento sustentável precisa compreender como essas interpretações se relacionam.

Guivant identifica uma aproximação entre a sociologia ambiental e a Teoria Ator-Rede justamente nesse terreno, ao observar que ambas permitem problematizar separações rígidas entre social e natural e entre sociológico e científico, além de considerar processos decisórios em situações de risco e incerteza (Guivant, 2002). A sustentabilidade, nesse sentido, não constitui apenas o resultado que deve ser alcançado por um projeto. Ela também é produzida durante as relações que definem o problema, selecionam conhecimentos, estabelecem critérios e distribuem responsabilidades. Esse entendimento aproxima a questão ambiental da análise das relações de poder e conhecimento.

ATORES E AGÊNCIA: A CONTRIBUIÇÃO DE NORMAN LONG

Norman Long oferece, pela abordagem ator-orientada, o primeiro instrumento para deslocar a análise das estruturas abstratas para as relações concretas ver Quadro 1. Sua preocupação está em compreender as mudanças sociais produzidas nos processos de intervenção, considerando a agência humana, os processos auto-organizativos e as relações entre atores internos e externos. O objetivo não é negar a existência das instituições e das relações de poder, mas compreender como elas são interpretadas e acionadas pelos sujeitos em situações concretas (LONG, 2001; ALVES, 2008).

Quadro 1. Principais categorias de Norman Long utilizadas para análise do DRS

Categoria	Significado na perspectiva de Long	Uso na análise do desenvolvimento rural
Atores sociais	Sujeitos que interpretam situações, formulam projetos e atuam sobre as condições em que estão inseridos.1	Permite analisar agricultores, técnicos, organizações, agentes públicos e demais participantes como sujeitos ativos do processo de desenvolvimento.
Agência	Capacidade de interpretar experiências, mobilizar conhecimentos e recursos e agir dentro de condições sociais determinadas. 1	Possibilita compreender como os atores reelaboram propostas de desenvolvimento e produzem resultados não previstos inicialmente.
Projetos dos atores	Intenções, interesses e estratégias que orientam a ação dos atores. 1	Deve-se identificar diferentes projetos de desenvolvimento que coexistem e eventualmente entram em conflito.
Arenas	Espaços sociais nos quais atores, interesses e projetos se encontram, negociam e entram em disputa. 1	Catalogação e localizar empiricamente os espaços de negociação e conflito.
Campos de batalha do conhecimento	Espaços nos quais diferentes conhecimentos, valores e interpretações da realidade são confrontados. 2	Estimula a análise das disputas sobre o que deve ser reconhecido como conhecimento válido para orientar o desenvolvimento.
Interface social	Situação de encontro entre diferentes mundos sociais, marcada por diferenças de interesses, conhecimentos e interpretações. 1	Constitui uma categoria central para observar como propostas de desenvolvimento são negociadas, reinterpretadas e transformadas.

Fonte: LONG, N. Development Sociology: Actor Perspectives, 2001; Long, N.; Long, A. (eds.). Battlefields of Knowledge, 1992. Elaborado pelo autor.

A agência, nessa perspectiva, não deve ser confundida com autonomia absoluta. Os atores atuam dentro de condições que não escolheram integralmente, mas possuem capacidade de interpretar experiências, mobilizar recursos, negociar posições

e reorganizar seus projetos. Essa capacidade faz com que a implementação de uma proposta de desenvolvimento nunca corresponda exatamente à execução de um plano elaborado anteriormente.

Long chama atenção para o fato de que os participantes chegam às situações de intervenção com experiências, posições políticas e expectativas já constituídas. Eles não são receptáculos vazios de propostas externas. O encontro entre projetos diferentes modifica o percurso da intervenção e produz resultados que não podem ser explicados somente pelos objetivos inicialmente estabelecidos (Long, 2001; Alves, 2008).

Esse deslocamento é decisivo para uma metodologia de desenvolvimento rural sustentável. Se os atores chegam ao processo com projetos próprios, então o pesquisador precisa reconstruir esses projetos antes de avaliar sua participação. É necessário compreender o que cada ator procura realizar, quais recursos considera disponíveis, quais conhecimentos reconhece como válidos e quais relações pretende estabelecer.

A análise ator-orientada conduz, assim, a uma concepção relacional de agência. A capacidade de ação emerge na relação com outros atores e com as condições materiais e institucionais nas quais os projetos se desenvolvem.

Não se trata de substituir a estrutura pela ação individual, mas de investigar como estruturas e relações são vividas, interpretadas e transformadas nas práticas.

Arenas, campos de batalha do conhecimento e interfaces

A agência se manifesta em situações sociais específicas. Long mobiliza o conceito de arena para analisar os espaços nos quais atores e instituições disputam questões, recursos, valores e representações. No estudo dos projetos de desenvolvimento, as arenas não devem ser entendidas como espaços exclusivamente locais ou presenciais. Elas podem conectar atores geograficamente distantes e articular relações que atravessam diferentes escalas e temporalidades (LONG, 2001). Essa formulação é particularmente adequada ao desenvolvimento rural contemporâneo. Uma decisão aparentemente local pode estar relacionada a uma política nacional, a uma organização internacional, a um mercado, a um sistema de certificação ou a uma tecnologia desenvolvida em outro espaço. A arena local não é, portanto, um espaço isolado. Ela constitui um ponto de articulação entre relações que se estendem para além dela.

É nessas arenas que aparecem os chamados campos de batalha do conhecimento. Os atores não chegam apenas com interesses diferentes. Chegam também com experiências, valores, conhecimentos e formas distintas de interpretar o mundo. Long entende o conhecimento como provisório, parcial e contextual, o que implica reconhecer a coexistência de diferentes formas de ordenar e compreender a realidade (Long; Long, 1992).

O conflito, portanto, pode ocorrer em torno daquilo que deve ser reconhecido como conhecimento legítimo. Uma proposta técnica, um conhecimento produzido na experiência agrícola, um indicador institucional ou uma interpretação ambiental podem ocupar posições distintas dentro da mesma arena. O pesquisador precisa observar como essas formas de conhecimento são apresentadas, negociadas e

eventualmente incorporadas às decisões.

A categoria de interface aprofunda essa análise porque permite investigar o encontro entre diferentes mundos sociais. Para Long, as interfaces são espaços nos quais discrepâncias de interesses, conhecimentos e interpretações são confrontadas e negociadas. Elas permitem observar como uma intervenção planejada é reinterpretada e transformada pelos atores que dela participam (LONG, 2001). O conceito possui uma consequência metodológica importante: a intervenção deve ser desconstruída. O pesquisador não parte da ideia de que o projeto possui um significado único que posteriormente será aceito ou rejeitado pelos participantes. Ele acompanha o que acontece quando a proposta encontra diferentes atores. É nesse encontro que objetivos são modificados, papéis são renegociados, conhecimentos são selecionados e novas relações são construídas.

A interface torna-se, portanto, um dos principais pontos de observação de uma pesquisa sobre desenvolvimento rural sustentável. É nela que o pesquisador pode perceber como uma concepção abstrata de sustentabilidade se transforma ou não em práticas concretas e como essas práticas, por sua vez, podem alterar a própria concepção inicial.

VISÕES DE MUNDO E CONHECIMENTO ATEÓRICO: MANNHEIM E O MÉTODO DOCUMENTÁRIO

A análise das arenas permite identificar onde diferentes atores se encontram e disputam interpretações. Ainda resta compreender como esses atores produzem sentido sobre suas experiências. É nesse ponto que a contribuição de Karl Mannheim se torna complementar à abordagem de Long.

Mannheim, na década de 1920, em um texto seminal compreende a *Weltanschauung* (visão de mundo) como resultado de experiências e vivências vinculadas a uma estrutura que constitui uma base comum para experiências que atravessam a vida de múltiplos indivíduos. A visão de mundo não deve ser confundida com uma imagem de mundo ou com uma formulação teórica consciente. Ela se constitui, por vezes de forma caótica, nas ações práticas e pertence ao campo do conhecimento *a*teórico (ou seja, que ainda não foi teorizado), tornando necessária uma operação de interpretação (teórica) que transforme essas experiências em objeto de conhecimento científico inteligível à luz de categorias e classificações (Weller et al., 2002).

Na década de 1990, Bohnsack retoma e atualiza o método documentário de Mannheim justamente para transformá-lo em instrumento de pesquisa social empírica. O deslocamento consiste em deixar de reconstruir somente o decurso de uma ação para reconstruir seu sentido no contexto social em que ela ocorre (Bohnsack, 2020). O método documentário permite, assim, que a pesquisa ultrapasse aquilo que o ator diz explicitamente sobre sua ação avançando para os sentidos subjacentes da ação. Mannheim distingue três níveis de sentido: o objetivo ou imanente, o expressivo e o documentário. O primeiro corresponde ao que aparece diretamente no objeto ou na ação; o segundo considera aquilo que é expresso por palavras ou ações; o terceiro

procura compreender a ação como documento de uma prática e de uma orientação social (Mannheim, 1952; WELLER et al., 2002).

Essa distinção oferece uma possibilidade importante para a análise do desenvolvimento rural. Os atores podem explicar suas próprias ações utilizando categorias disponíveis no discurso público, mas essas explicações não necessariamente esgotam os sentidos incorporados às práticas. Uma decisão sobre determinada tecnologia, uma forma de participar de uma organização ou uma recusa a determinada política pode carregar experiências históricas que não são formuladas teoricamente pelo próprio ator.

Quadro 2. Principais categorias de Karl Mannheim utilizadas

Categoria	Significado na perspectiva de Mannheim	Uso na análise do desenvolvimento rural
Weltanschauung / visão de mundo	Estrutura de experiências e orientações que constitui uma forma socialmente situada de compreender o mundo. 1	Permite investigar as orientações coletivas que influenciam a maneira como atores interpretam o desenvolvimento e a sustentabilidade.
Conhecimento *a*teórico	Conhecimento constituído na experiência prática antes de sua formulação sistemática como teoria.	Possibilita acessar conhecimentos incorporados às práticas rurais que não aparecem necessariamente como discursos formalizados.
Sentido imanente	Aquilo que aparece diretamente em uma ação, objeto, gesto ou discurso. 1	Constitui o primeiro nível da interpretação empírica.
Sentido expressivo	Aquilo que é manifestado pelo ator por meio de palavras ou ações. 1	Propicia analisar as explicações e expressões produzidas pelos participantes.
Sentido documentário	O sentido que uma ação ou produção cultural documenta sobre uma orientação social que ultrapassa sua intenção explícita.	Permite investigar dimensões das práticas rurais que não são necessariamente formuladas conscientemente pelos atores.
Método documentário	Procedimento de interpretação que busca reconstruir o sentido documentário das práticas. 2	Relaciona discursos, práticas e experiências para compreender as orientações que sustentam as ações dos atores.

Fonte: 1) Mannheim, K. Beiträge zur Theorie der Weltanschauungsinterpretation, 1952; 2) Bohnsack, R. Pesquisa Social Reconstruitiva, 2020. Elaborado pelo autor.

A diferença entre os níveis não significa que os primeiros devam ser descartados. Eles constituem etapas para alcançar o sentido documentário. Weller et al. observam que o sentido expressivo e o objetivo são necessários para a interpretação, mas o sentido documentário permite alcançar dimensões do *ethos* e da visão de mundo que não estão necessariamente presentes na intenção consciente do ator (Weller et al., 2002).

A dimensão *a*teórica também impede que a análise trate as experiências cotidianas como dados banais ou sem elaboração. Mannheim sustenta que experiências aparentemente simples são constitutivas de estruturas sociais e possuem historicidade. Sua negligência produz uma compreensão parcial do meio social, porque aquilo que aparece como experiência imediata está relacionado a diferentes temporalidades e condições históricas (Weller et al., 2002).

Aplicado ao desenvolvimento rural sustentável, esse procedimento permite perguntar não somente o que os atores afirmam sobre sustentabilidade ou determinado projeto, mas que experiências e orientações práticas são documentadas por suas ações. A análise passa a considerar as relações entre discurso e prática, entre

explicação consciente e experiência incorporada, entre a situação atual e as temporalidades que a constituíram. O uso dessa técnica permite ao pesquisador acessar amplos aspectos das visões de mundo dos atores que permaneceriam invisíveis caso se utilizasse de um questionário fechado por exemplo.

Essa contribuição complementa Long de maneira precisa. Long permite identificar a interface na qual os atores se encontram; Mannheim permite investigar as experiências e orientações que cada ator leva para essa interface.

DA INTERFACE À REDE: A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA ATOR-REDE

A análise de Long e Mannheim permite compreender atores, conflitos, experiências e visões de mundo. Ainda é necessário acompanhar o que acontece com esses elementos quando entram em relações mais amplas. É nesse ponto que a Teoria Ator-Rede, desenvolvida por Michel Callon e Bruno Latour, oferece a terceira dimensão analítica. A TAR surgiu na década de 1980 a partir dos estudos de ciência e tecnologia e desenvolveu uma crítica às formas convencionais de explicar a produção do conhecimento científico para isso construiu uma rica teoria e fornece conceitos chave para operacionalizar sua aplicação (Quadro 3). No percurso apresentado, a teoria incorpora o conceito de tradução associado a Michel Serres e o princípio de simetria relacionado a David Bloor, ampliando posteriormente essas contribuições para questionar separações rígidas entre sociedade e natureza, ciência e não ciência e humanos e não humanos (Alves, 2008).

O princípio de simetria generalizada é relevante para o desenvolvimento rural porque permite evitar a separação antecipada entre elementos sociais e técnicos. Uma rede de desenvolvimento pode envolver agricultores, técnicos, organizações, pesquisadores e órgãos públicos, mas também sementes, documentos, indicadores, tecnologias, recursos financeiros e dispositivos de gestão. A análise não deve decidir antecipadamente que alguns desses elementos são meros instrumentos e outros são os verdadeiros agentes da mudança. Deve acompanhar as associações por meio das quais eles passam a participar do processo. Mior e Guivant aproximam essa perspectiva do estudo dos processos de mudança social e desenvolvimento rural ao trabalharem com redes sociotécnicas (Mior, 2003; Mior; Guivant, 2005). Murdoch, por sua vez, examina os espaços constituídos pelas redes da Teoria Ator-Rede, contribuindo para a compreensão das relações entre redes e espacialidade (Murdoch, 1998).

O conceito de rede, nessa perspectiva, não se refere simplesmente a um conjunto de atores que já existiam e posteriormente estabelecem conexões entre si. Para Latour, a própria rede é produzida pelas associações. Isso significa que a pesquisa precisa acompanhar os processos por meio dos quais atores, objetos, discursos e recursos passam a participar de uma configuração comum. Essa formulação aproxima-se da preocupação de Long com as interfaces, mas introduz outra dimensão. Long ajuda a compreender o encontro e o conflito entre mundos sociais. A TAR permite seguir aquilo que é produzido depois desse encontro: quais associações são estabelecidas, quais elementos são deslocados, quais papéis são atribuídos e como uma rede tenta estabilizar-se.

Tradução e a constituição das redes

O conceito de tradução constitui o centro dessa contribuição. Para Callon, traduzir significa expressar na própria linguagem aquilo que outros atores dizem e querem, compreender por que agem de determinada maneira e como se associam, estabelecendo-se como porta-voz (CALLON, 1986). A tradução não significa a transmissão neutra de uma mensagem. Como observa Callon, quem traduz também reduz e transforma aquilo que traduz, incorporando ao processo seus próprios pressupostos, interesses e interpretações. A tradução implica, assim, um deslocamento de sentidos e posições, por meio do qual os elementos mobilizados na rede são redefinidos conforme as relações que se estabelecem entre os atores. Quando um ator traduz o interesse de outro, ele modifica a forma pela qual esse interesse aparece na rede. A tradução pode assumir diferentes papéis: uma reivindicação pode ser transformada em projeto; uma experiência pode tornar-se argumento técnico; uma demanda pode ser convertida em indicador; uma prática local pode ser incorporada a uma política institucional e assim por diante.

Callon distingue quatro momentos no processo de tradução: problematização, *interessement*, alistamento e mobilização (Callon, 1986). Na problematização, um ator procura definir um problema e apresentar uma solução cuja realização passe por ele, buscando tornar-se indispensável aos demais. O *interessement* envolve mecanismos destinados a fixar os interesses dos participantes em torno da definição proposta. O alistamento corresponde à atribuição e negociação de papéis, enquanto a mobilização envolve os processos pelos quais determinados atores passam a falar em nome de outros.

Esses momentos não devem ser convertidos em uma sequência rígida. O próprio processo de tradução é instável e suscetível à instabilidades. Os deslocamentos envolvem metas e interesses, mas também seres humanos, anotações, recursos teóricos, prestígio, necessidades, interpretações da realidade, dispositivos e elementos históricos (Alves, 2008). É por isso que a tradução constitui uma ferramenta particularmente útil para estudar o desenvolvimento rural sustentável. Um projeto não apenas reúne atores que já possuem interesses definidos. Ao longo de sua execução, ele pode modificar esses interesses, produzir novas identidades, redefinir problemas e criar novas relações entre elementos anteriormente separados. O processo de tradução permite, assim, acompanhar a transformação simultânea de atores e redes.

Ator-mundo, representação e estabilização

A tradução conduz ao conceito de ator-mundo. O ator-mundo é aquele que procura expressar e organizar os interesses de outros atores, tornando-se um ponto de passagem para reivindicações, necessidades e interpretações. Ao fazê-lo, classifica, desloca, ajusta e unifica elementos da rede em novos papéis e realidades (Callon, 1986; Alves, 2008). Essa posição não deve ser confundida com autoridade formal. Um ator pode tornar-se central porque consegue conectar elementos diferentes e produzir uma definição do problema capaz de mobilizar outros participantes. Sua centralidade

depende da rede que consegue construir e manter.

A problematização é especialmente importante nesse processo porque o ator que define o problema procura também definir as condições de sua solução. Ao estabelecer uma questão como problema e apresentar uma solução, o candidato a ator-mundo procura fazer com que os demais reconheçam a necessidade de passar por sua mediação (Callon, 1986). Esse mecanismo ajuda a compreender relações de poder que não aparecem necessariamente como imposição direta. O poder pode estar na capacidade de definir categorias, organizar informações, produzir diagnósticos, representar outros atores ou estabelecer quais caminhos serão considerados legítimos.

Quadro 3. Principais categorias da TAR operacionalizadas na análise

Categoria	Significado	Uso na análise do desenvolvimento rural
Simetria generalizada	Análise simétrica de elementos sociais, técnicos e naturais, sem estabelecer previamente uma hierarquia entre eles. 1	Permite analisar conjuntamente agricultores, instituições, tecnologias, documentos, recursos, conhecimentos e elementos ambientais.
Rede sociotécnica	Associação de entidades heterogêneas participam de uma ação comum. 1 e 2	Viabiliza reconstruir como diferentes elementos se conectam na constituição de processos de desenvolvimento rural.
Tradução	Processo pelo qual interesses, identidades, objetivos e relações são deslocados e transformados. 1	Facilita acompanhar como propostas de desenvolvimento são reinterpretadas e apropriadas pelos diferentes participantes.
Problematizaçã	Definição de um problema e estabelecimento de uma solução na qual determinado ator procura tornar-se indispensável. 1	Propicia investigar quem define os problemas do desenvolvimento e quais soluções são apresentadas como necessárias.
Ponto de passagem obrigatório	Situação em que um ator procura tornar sua mediação necessária para que outros alcancem seus objetivos. 1	Permite analisar processos de centralização e poder na constituição das redes.
Interessement	Mecanismos utilizados para fixar atores nos papéis definidos durante a problematização. 1	Possibilita analisar estratégias de mobilização e estabilização das relações.
Alistamento	Definição e negociação dos papéis atribuídos aos diferentes atores.	Permite acompanhar como responsabilidades e posições são distribuídas na rede.
Mobilização	Processo pelo qual atores são reunidos e representados por porta-vozes. 1	Propicia analisar representação, delegação e construção de coletividades.
Ator-mundo	Ator que procura articular e representar interesses de outros participantes, tornando-se ponto de concentração das relações da rede. 1	Ajuda identificar atores ou organizações que conseguem centralizar a definição dos problemas e a coordenação das soluções.

Fonte: Callon, M. Some Elements of a Sociology of Translation, 1986; LATOUR, B. Reassembling the Social, 2005. Elaborado pelo autor.

A rede, contudo, permanece frágil. A tradução nunca é uma realização definitiva. Os atores mantêm outras articulações, podem estabelecer novas relações e podem alterar os papéis inicialmente atribuídos. A centralidade de um ator-mundo não garante a estabilidade permanente da rede, porque os participantes continuam conectados a outras instituições e redes (Alves, 2008).

Esse aspecto permite aproximar novamente a TAR de Long. A interface mostra o lugar onde diferentes projetos entram em contato; a tradução mostra como esse

contato produz deslocamentos e novas associações. A instabilidade da rede corresponde, em certo sentido, à continuidade dos processos de negociação identificados pela abordagem ator-orientada.

UMA METODOLOGIA PARA ANALISAR O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

A articulação das três perspectivas permite formular uma metodologia que começa antes da avaliação dos resultados de um projeto. O primeiro movimento consiste em reconstruir o contexto no qual o processo de desenvolvimento se produz. Isso significa considerar relações entre escalas, instituições, mercados, políticas, conhecimentos e condições locais sem classificá-las previamente como internas ou externas. A perspectiva neoendógena fornece aqui um ponto de partida, ao mostrar que o desenvolvimento rural se constitui na interação entre capacidades locais e forças extra-locais (Ward et al., 2005; Lowe; Murdoch; Ward, 1995).

O segundo movimento baseia-se em identificar os atores e seus projetos. A pergunta central não é simplesmente quem participa formalmente do processo, mas quem efetivamente interfere em sua trajetória. Devem ser considerados atores institucionais, organizações, agricultores, técnicos, pesquisadores, agentes públicos e outros participantes que tenham capacidade de modificar as relações. Para cada um, interessa reconstruir suas experiências, interesses, recursos, conhecimentos e projetos, procurando compreender como essas dimensões orientam sua ação.

O terceiro movimento é localizar as arenas e interfaces nas quais esses projetos se encontram. A análise deve observar situações de negociação, conflito, acomodação e aprendizagem. Não é suficiente identificar que dois atores possuem posições diferentes. É necessário observar como essa diferença é produzida e como os participantes procuram tornar suas interpretações legítimas. O conceito de campo de batalha do conhecimento permite analisar precisamente essa dimensão, enquanto a interface oferece uma unidade privilegiada para observar a transformação das intervenções (Long, 2001; Alves, 2008).

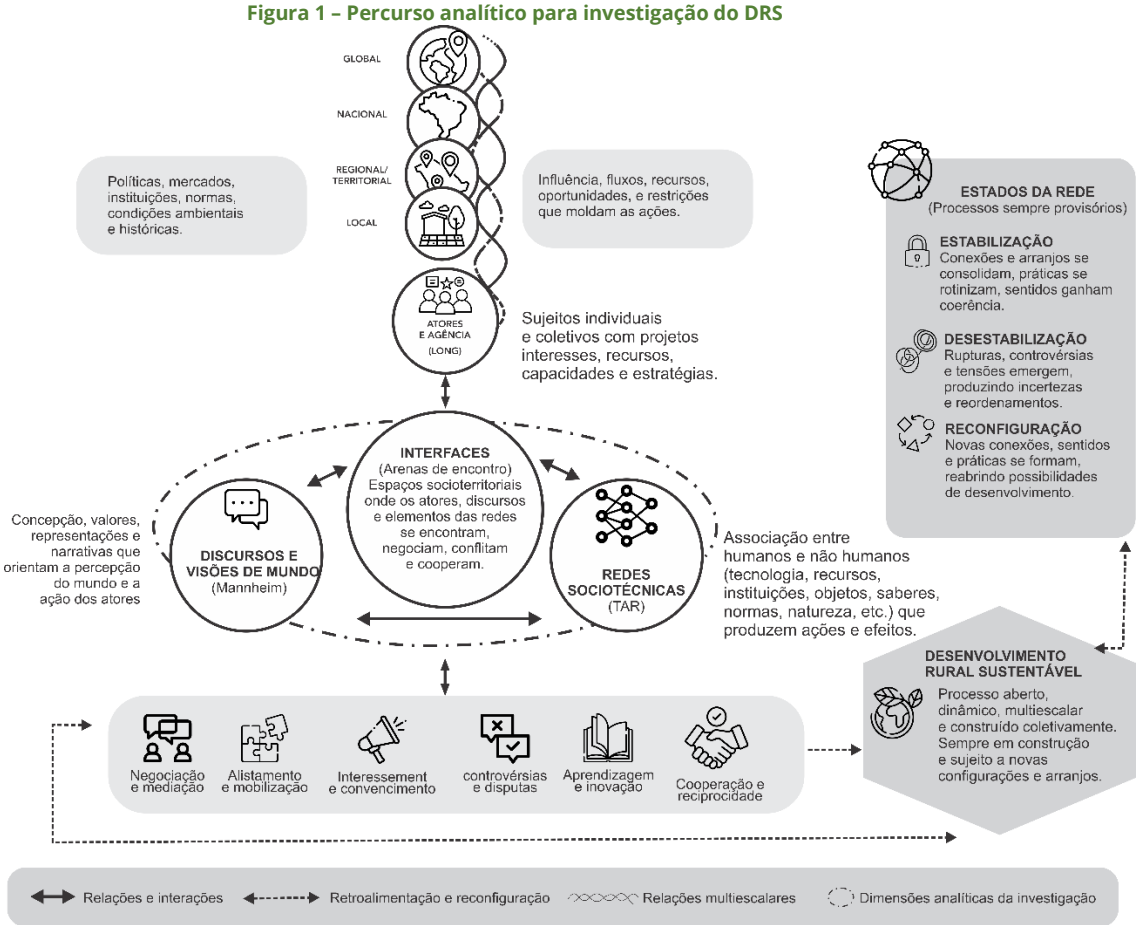
O quarto movimento reside em reconstruir as visões de mundo que orientam as práticas. Nesse momento, o pesquisador deixa de perguntar apenas o que os participantes dizem sobre suas ações e procura compreender o que essas ações documentam acerca de experiências compartilhadas, orientações coletivas e temporalidades sociais. O método documentário oferece os instrumentos para passar dos sentidos objetivo e expressivo à interpretação documentária, alcançando dimensões do conhecimento ateórico que permanecem parcialmente ocultas na explicação consciente dos sujeitos (Weller et al., 2002).

O quinto movimento implica seguir os discursos e as traduções. O pesquisador deve acompanhar como determinados problemas são nomeados, quais interesses são associados a eles, como atores são recrutados, quais papéis lhes são atribuídos e como as interpretações se deslocam ao longo do processo. A pergunta deixa de ser somente qual discurso domina e passa a ser como um discurso consegue circular e produzir associações.

O sexto movimento permite reconstruir a rede sociotécnica. É nesse momento que entram elementos humanos e não humanos, como documentos, tecnologias, recursos, indicadores, equipamentos, conhecimentos e dispositivos institucionais. A questão metodológica é verificar o que acontece quando cada elemento entra na rede, que relações produz, quais papéis modifica e quais associações torna possíveis.

A Figura 1 apresenta uma proposta do percurso analítico para a investigação do desenvolvimento rural sustentável. O diagrama inicia pela apreensão do contexto multiescalar, avançando para a identificação dos atores e de sua agência e, na sequência, conduz à análise das arenas e interfaces, onde se manifestam os conflitos, as negociações e os encontros entre diferentes mundos sociais. O percurso desloca-se, então, para a reconstrução das visões de mundo e dos discursos que orientam as práticas dos atores, seguindo pela análise das redes sociotécnicas e dos processos de tradução que transformam interesses, identidades e problemas em associações estáveis ou instáveis. Por fim, o diagrama culmina nos mecanismos de estabilização e desestabilização das redes, que produzem a reconfiguração contínua do desenvolvimento rural sustentável.

Figura 1 – Percurso analítico para investigação do DRS



Fonte: Elaboração do autor (2026).

As setas bidirecionais que conectam todos os momentos do percurso indicam que a direção das relações é reversível: uma mudança na rede pode alterar a posição de um ator; uma alteração na posição de um ator pode transformar uma arena; uma nova experiência pode modificar uma visão de mundo; um novo discurso pode gerar

uma tradução diferente. A metodologia, entretanto, não deve ser lida como um roteiro linear ou um protocolo de pesquisa sequencial.

Ela oferece uma representação do movimento no qual cada dimensão pode ser revisitada à luz das transformações observadas nas demais, refletindo a compreensão do desenvolvimento rural sustentável como um processo de reconfiguração permanente, aberto e relacional.

Como operacionalizar a metodologia na pesquisa empírica

A operacionalização exige combinar diferentes fontes porque nenhum tipo de material permite observar sozinho a totalidade do processo. Documentos, entrevistas, observação de situações de interação e materiais técnicos devem ser analisados de maneira articulada. Os documentos podem ser tratados simultaneamente como fontes de informação e como elementos das próprias redes. Dessa forma, projetos, relatórios, documentos descritivos como atas etc. não apenas descreve uma realidade eles também classificam atores, definem problemas, organizam responsabilidades e estabelece categorias que podem classificar e orientar práticas posteriores. A análise, nessa perspectiva, se aprofunda e deve-se perguntar o que o documento informa e que realidade ele contribui para construir.

As entrevistas permitem acessar as interpretações produzidas pelos participantes, mas devem ser analisadas em relação às práticas. A perspectiva de Mannheim recomenda atenção à distância entre a explicação consciente da ação e aquilo que a ação documenta sobre experiências e orientações coletivas. Por isso, entrevistas isoladas não constituem necessariamente a melhor unidade de interpretação. Seu sentido pode ser aprofundado quando comparado com situações observadas e com outros relatos.

A observação das situações de interação permite reconstruir as interfaces. Reuniões, atividades técnicas, encontros comunitários e situações informais podem revelar processos de negociação que não aparecem nos documentos formais. É nessas situações que podem ser identificados deslocamentos de posição, disputas por legitimidade e mudanças nos papéis atribuídos aos atores. A reconstrução das redes exige acompanhar os elementos que conectam essas diferentes fontes. Um indicador pode alterar uma decisão; um documento pode consolidar uma classificação; uma tecnologia pode modificar uma prática; um recurso financeiro pode permitir uma associação; uma organização pode assumir a representação de um grupo. O objetivo não é produzir um inventário de elementos, mas reconstruir as relações que lhes conferem capacidade de interferir no processo.

As entrevistas, por exemplo, podem ser analisadas em três níveis: identificação de projetos e agência (Long), reconstrução de visões de mundo e sentido documentário (Mannheim) e mapeamento de traduções e associações (TAR). O mesmo movimento aplica-se à análise documental e à observação, permitindo que diferentes fontes sejam interrogadas por lentes teóricas distintas.

Essa metodologia pode ser aplicada a diferentes objetos de desenvolvimento rural sustentável, desde políticas públicas e projetos territoriais até iniciativas de agricultura familiar, agroecologia, conservação ambiental, comercialização, inovação

tecnológica ou organização comunitária.

O desenvolvimento rural sustentável como processo de tradução

A articulação teórica proposta permite uma compreensão específica da sustentabilidade. Se a sustentabilidade é um processo aberto, como sugere Pretty (2008), e se as propostas de desenvolvimento são transformadas pelas relações entre atores, como mostra Long (2001), então aquilo que será considerado sustentável não está inteiramente definido no início do processo. Essa afirmação não significa que a sustentabilidade seja apenas uma construção discursiva, obviamente condições ambientais, econômicas e materiais existem independentemente das interpretações dos atores. O que está em discussão é a forma pela qual esses elementos são compreendidos e transformados em problemas sociais, critérios de decisão e práticas de intervenção.

É nesse ponto que a tradução assume função metodológica. Quando um ator define determinado problema como ambiental, econômico ou social, ele não apenas descreve uma realidade. Ele procura estabelecer relações entre diferentes elementos e produzir um determinado caminho de ação. A tradução transforma problemas em relações e relações em possibilidades de intervenção. A sustentabilidade pode, então, ser entendida como resultado provisório de uma rede de traduções. Dessa forma, uma determinada prática torna-se sustentável porque atores, conhecimentos, instituições, instrumentos e objetos são associados de uma determinada maneira contudo, se essas associações mudarem, a definição de sustentabilidade dada pela rede pode mudar.

A contribuição de Mannheim impede que esse processo seja interpretado apenas no plano discursivo uma vez que as visões de mundo e experiências cotidianas participam da forma como os atores interpretam as mudanças. Já Long permite localizar essas interpretações nas arenas e interfaces em que são negociadas. A TAR permite acompanhar os deslocamentos que transformam essas negociações em redes. É justamente nessa articulação que a proposta adquire sua especificidade.

Critérios de validação das interpretações

Também é importante observar que esta proposta metodológica não busca a validação por amostragem estatística nem a generalização de dados. Por se tratar de um estudo qualitativo voltado para a reconstituição de relações sociais, o teste das interpretações depende de critérios adequados ao material de campo e aos conceitos teóricos adotados. A avaliação dos resultados apoia-se em quatro procedimentos: A) triangulação de fontes e métodos, B) saturação teórica e C) verificação junto aos participantes e rastreabilidade dos passos de análise.

Triangulação de fontes e métodos

A triangulação combina diferentes tipos de dados e procedimentos de coleta para examinar o mesmo evento sob múltiplos ângulos[1]. Na prática, essa estratégia

[1] Esse processo implica que o pesquisador seja um profundo conhecedor do *Zeitgeist*, entendido pelos alemães como o

reúne documentos oficiais, relatórios de projetos, entrevistas com os envolvidos, registros de observação em reuniões e materiais técnicos elaborados durante as ações de campo. Cada material apresenta uma versão dos fatos, permitindo ao pesquisador cruzar relatos, encontrar pontos de concordância e identificar contradições. Esse confronto entre o discurso oficial impresso e as práticas cotidianas dos sujeitos serve para mapear as arenas e as zonas de contato entre as partes (Long).

Saturação teórica

A saturação teórica, conceitualizada por Glaser e Strauss (1967), determina o momento de encerrar a coleta de dados. Nesses termos, o fim da busca de dados não ocorre pela simples exaustão das fontes, mas no ponto em que os novos materiais pararem de alterar a compreensão das categorias de análise. O trabalho de campo continua até que as informações referentes às visões de mundo (Mannheim), à montagem das redes (TAR) e às negociações locais (Long) alcancem a estabilidade necessária para sustentar a interpretação. A saturação se consolida quando os fatos observados passam a se repetir dentro dos padrões previstos.

Validação junto aos participantes

A validação junto aos participantes (*member checking*) é etapa obrigatória em pesquisas focadas na ação dos atores. O procedimento consiste em apresentar as conclusões provisórias aos próprios sujeitos da pesquisa para verificar se as descrições das disputas, dos acordos, das visões de mundo e das negociações fazem sentido para quem vivenciou os fatos. Esse retorno não elimina a diferença entre o olhar do pesquisador e o relato do ator, mas impede a aplicação de esquemas teóricos alheios à realidade do local.

Rastreabilidade do processo interpretativo

A rastreabilidade (*auditability*) exige a exposição clara de todas as escolhas feitas ao longo do trabalho, desde a seleção dos entrevistados e dos documentos até a montagem das conclusões. Essa prestação de contas inclui a apresentação dos critérios de amostragem, das rotinas de codificação dos textos, da vinculação entre os conceitos e os dados de campo, além da indicação das mudanças de rumo na pesquisa. Para a Teoria Ator-Rede, esse registro detalhado permite ao leitor acompanhar o passo a passo da associação entre elementos humanos e não humanos, bem como as etapas de negociação do projeto.

Validação interna e consistência teórica

A consistência entre os conceitos teóricos e os dados coletados funciona como critério final de validade do modelo. As conclusões sobre as arenas de disputa, as redes

"espírito do tempo", ou seja, o conjunto de ideias, valores e sensibilidades que caracteriza determinado contexto histórico. As visões de mundo dos atores são constituídas nas experiências cotidianas, mas também se relacionam com as condições históricas mais amplas nas quais essas experiências se desenvolvem.

de aliança, os discursos e os acordos precisam guardar coerência com os fundamentos de cada autor utilizado. Essa correspondência é avaliada pelo encaixe entre a teoria e as evidências de campo e pela amarração lógica dos argumentos. Esse controle interno opera em conjunto com os outros critérios de checagem, garantindo que o movimento da pesquisa — da identificação dos sujeitos até as transformações nas redes locais — siga uma linha explicativa sem contradições.

Demonstração sintética de aplicação da metodologia

Para ilustrar como as três perspectivas teóricas podem operar de forma articulada na análise empírica, apresenta-se a seguir um caso sintético, construído a partir de dinâmicas recorrentemente documentadas pela literatura sobre desenvolvimento rural, agroecologia e extensão universitária. Sua função é exclusivamente demonstrativa: evidenciar como um mesmo dado empírico pode ser interrogado simultaneamente pelas três lentes teóricas mobilizadas neste artigo. O caso tem função exclusivamente ilustrativa, não substituindo a análise empírica aprofundada.

Box 2 - Descrição de caso hipotético e a aplicabilidade metodológica

O Projeto "Palmeira Sustentável" foi concebido por uma equipe de extensão universitária para promover a transição agroecológica em um assentamento de reforma agrária no Sul do Brasil. A proposta previa a substituição gradual do cultivo convencional de soja por sistemas agroflorestais (SAFs) diversificados, com assistência técnica periódica, distribuição de mudas nativas e formação de uma cooperativa de comercialização.

Após 18 meses de execução, a equipe de avaliação registrou os seguintes dados em uma reunião de balanço comunitário: Dos 45 agricultores participantes, apenas 12 haviam implantado os SAFs conforme o cronograma. Os demais mantiveram a soja ou reduziram a área de transição.

1. Durante a reunião, um agricultor afirmou: "*Esse negócio de agrofloresta é bonito no papel, mas aqui a terra é nossa e o banco só entende de soja. Quem vai pagar minhas contas se eu plantar árvore?*" Outros agricultores assentiam em silêncio.
2. A cooperativa foi formalizada, mas apenas três famílias entregaram produtos para comercialização. O restante alegou falta de tempo e de estrutura de transporte.

Análise Integrada dos Dados

A abordagem ator-orientada de Long permite localizar os atores, seus projetos e as arenas onde eles se encontram e negociam. A baixa adesão aos SAFs, a fala do agricultor e a cooperativa com baixa participação são evidências de que a proposta extensionista entrou em interface com projetos preexistentes e foi reinterpretada pelos atores. Os 6 agricultores que aderiram ao SAF interpretaram a proposta como compatível com seus projetos; os demais reelaboraram a proposta a partir de suas próprias prioridades — crédito, risco, mercado — produzindo resultados não previstos no planejamento inicial.

O método documentário de Mannheim permite acessar as visões de mundo e orientações práticas que não aparecem nos discursos formais. A fala do agricultor — "A *terra é nossa e o banco só entende de soja*" — documenta uma orientação prática que associa estabilidade financeira, reconhecimento social e autonomia à cultura da soja. A recusa parcial ao SAF e à cooperativa expressa experiências históricas não formuladas teoricamente pelos atores, revelando uma visão de mundo que valoriza a autonomia individual e a relação direta com o mercado em detrimento da ação coletiva.

A Teoria Ator-Rede possibilita acompanhar as associações e traduções que estabilizam ou desestabilizam redes. Os SAFs, o banco, as mudas, o cronograma, a cooperativa e os agricultores são atores heterogêneos cujas relações produzem a configuração atual. A baixa adesão indica que a tradução proposta pela equipe (SAF = sustentabilidade) não conseguiu alistar os demais elementos da rede: o banco (que financia soja), o cronograma (que não considerou o ciclo agrícola local) e as mudas (que chegaram fora do período de plantio). A cooperativa é um ator-mundo em processo de tradução que não se completou: existe como documento, mas não como prática, porque os elementos que deveriam estabilizar a rede — transporte, logística, confiança, regularidade da produção — não foram efetivamente alistados.

Em conjunto, as três lentes constroem uma compreensão mais robusta do que uma análise isolada: o problema não é "falta de conscientização" dos agricultores, mas uma configuração relacional na qual a

proposta agroecológica ainda não encontrou tradução compatível com os projetos dos atores e com as visões de mundo que orientam suas práticas. A interface entre a equipe e os agricultores produziu deslocamentos, negociações e estabilizações provisórias que a análise integrada permite reconstruir em sua complexidade.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Pretty (1995), Long (2001), Mior (2003), Alves (2008), Callon (1986), Weller et al. (2002) e Mannheim (1952).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do desenvolvimento rural sustentável exige uma perspectiva capaz de lidar com a coexistência de processos que frequentemente são tratados separadamente. As forças econômicas e institucionais de maior escala interferem nas localidades, mas não determinam de maneira automática o que os atores farão com elas. As capacidades locais são relevantes, mas não se desenvolvem fora de relações mais amplas. Os conhecimentos são mobilizados pelos atores, mas também são disputados e transformados nas situações em que diferentes formas de compreender o mundo entram em contato.

A superação da dicotomia entre desenvolvimento endógeno e exógeno constitui, nesse sentido, o ponto de partida da metodologia. A abordagem neoendógena mostra que as capacidades locais precisam ser compreendidas em relação às forças externas e que o desenvolvimento resulta da capacidade de estabelecer conexões entre essas diferentes dimensões (Ward et al., 2005).

A abordagem ator-orientada de Norman Long permite avançar dessa discussão estrutural para as relações concretas. Os atores participam dos processos de desenvolvimento com experiências, interesses, conhecimentos e projetos próprios. As arenas e interfaces constituem espaços nos quais essas diferenças são confrontadas, negociadas e transformadas. A intervenção planejada, portanto, não pode ser compreendida como aplicação de um modelo previamente acabado, pois sua implementação produz novas relações e novos significados (Long, 2001).

Uma segunda dimensão é introduzida por Mannheim. Os atores não interpretam suas experiências somente por meio de formulações teóricas conscientes. Suas ações também expressam conhecimentos e experiências situados no campo ateórico. O método documentário permite reconstruir esse nível da experiência, ultrapassando os sentidos objetivo e expressivo para alcançar o sentido documentário e as orientações práticas que constituem as visões de mundo (Weller et al., 2002).

Com a Teoria Ator-Rede, uma terceira dimensão se acrescenta ao permitir seguir as associações que se estabelecem entre atores humanos e não humanos. A rede não é uma estrutura previamente existente. Ela se constitui nas relações. A tradução permite acompanhar como problemas, interesses, identidades, conhecimentos e recursos são deslocados e reorganizados. O ator-mundo aparece nesse processo como aquele que procura tornar-se porta-voz e ponto de passagem das reivindicações e necessidades dos demais participantes (Callon, 1986; Alves, 2008).

A articulação dessas três perspectivas produz uma metodologia que pode ser resumida por três perguntas encadeadas. Onde os diferentes mundos sociais se encontram e entram em conflito? Como os atores interpretam essas situações e que

experiências orientam suas ações? Como essas interpretações são deslocadas e transformadas em associações mais amplas? Elas se retroalimentam. A interface pode modificar uma visão de mundo; uma mudança de orientação pode alterar um discurso; um discurso pode modificar uma tradução; uma nova tradução pode reorganizar uma rede; a reorganização da rede pode produzir novas interfaces.

O desenvolvimento rural sustentável pode ser compreendido, assim, como processo relacional e aberto. Sua trajetória não está contida integralmente no desenho inicial de um projeto, nem pode ser explicada apenas pelas estruturas econômicas que condicionam os atores. Ela é produzida nas relações entre diferentes escalas, atores, conhecimentos, discursos, instituições, tecnologias e recursos. A metodologia proposta desloca, portanto, a análise da pergunta sobre qual modelo de desenvolvimento deve ser aplicado para a investigação de como determinada configuração de desenvolvimento é construída, disputada, traduzida e reconfigurada pelos atores envolvidos. O agricultor deixa de aparecer como receptor passivo de intervenções, mas também não é concebido como sujeito isolado das estruturas que condicionam sua ação. Ele é analisado como ator situado, portador de experiências e conhecimentos, capaz de interpretar e agir dentro de redes que também transformam suas possibilidades.

Essa perspectiva permite compreender a sustentabilidade como uma construção que se realiza no próprio processo de desenvolvimento. Não se trata de procurar uma definição definitiva do rural sustentável, mas de reconstruir empiricamente as relações pelas quais diferentes atores definem problemas, reconhecem conhecimentos, negociam soluções, estabelecem alianças e reorganizam suas práticas.

O ganho metodológico da proposta está na capacidade de relacionar escalas, atores, conhecimentos e redes sem reduzi-los uns aos outros. Pela agência e pelas interfaces, Long ilumina os conflitos e negociações; Mannheim, ao reconstruir o sentido documentário, desvela dimensões *a*teóricas das práticas; Callon e Latour, por fim, permitem seguir as associações e traduções que constituem redes heterogêneas. Juntos, esses referenciais oferecem um modo de investigar o desenvolvimento rural sustentável como processo social em permanente construção, no qual as condições de existência não são simplesmente recebidas pelos atores, mas continuamente interpretadas, negociadas e transformadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Adilson Francelino. **Atores, redes, discursos e traduções: um estudo sobre a dinâmica do desenvolvimento rural.** 234 p. Tese. Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

BOHNSACK, Ralf. **Pesquisa social reconstrutiva**: introdução aos métodos qualitativos. Tradução de Markus A. Hediger; revisão da tradução e prefácio de Wivian Weller. Petrópolis: Vozes, 2020. 418 p.

BUTTEL, Frederick H. **Agricultural change, rural society and the state in the late twentieth century: some theoretical observations**. In: SYMES, David; JANSEN, Anton (eds.). Agricultural restructuring and rural change in Europe. Wageningen: Wageningen

Agricultural University Press, 1994. p. 13-31.

CALLON, Michel. **Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay.** In: LAW, John (ed.). *Power, action and belief: a new sociology of knowledge?* London: Routledge & Kegan Paul, 1986. p. 196-223.

GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm L. **The discovery of grounded theory**: strategies for qualitative research. New York: Aldine, 1967.

GUIVANT, Julia S. Contribuições da Sociologia Ambiental para os debates sobre desenvolvimento rural sustentável e participativo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 72–88, out. 2002.

LONG, Norman. Agency and constraint, perceptions and practice. A theoretical position. In: **Images and realities of rural life**. Wageningen Perspectives on Rural Transformations. Van Gorcum, The Netherlands, 1997.

LONG, Norman. ***Development sociology: actor perspectives***. London; New York: Routledge, 2001.

LONG, Norman. An actor-oriented approach to development intervention. In: **Rural life improvement in Asia**: report of the APO Seminar on Rural Life Improvement for Community Development. Japan, 22-26 April 2002. Tokyo: APO, 2003.

LONG, Norman; LONG, Ann (eds**.). Battlefields of knowledge: the interlocking of theory and practice in social research and development.** London: Routledge, 1992.

LOWE, Philip; MURDOCH, Jonathan; WARD, Neil. Networks in rural development: beyond exogenous and endogenous models. **Newcastle upon Tyne**: Centre for Rural Economy, University of Newcastle upon Tyne, 1995.

MANNHEIM, Karl. **On the interpretation of Weltanschauung**. In: MANNHEIM, Karl. *Essays on the sociology of knowledge*. London: Routledge & Kegan Paul, 1952. p. 33-83.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultoras familiares, agroindústrias e território: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense.** 2003. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MIOR, Luiz Carlos; GUIVANT, Julia Silvia. **Redes sociotécnicas: uma abordagem para o estudo dos processos de mudança social e desenvolvimento rural**. In: GUIVANT, Julia Silvia; SCHEIBE, Luiz Fernando; ASSMANN, Selvino José (orgs.). Desenvolvimento e conflitos no ambiente rural. Florianópolis: Insular, 2005.

MURDOCH, Jonathan. The spaces of Actor-Network Theory. ***Geoforum***, v. 29, n. 4, p. 357-374, 1998.

PRETTY, Jules. Agricultural sustainability: concepts, principles and evidence. **Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences**, London, v. 363, n. 1491, p. 447–465, 2008. DOI: 10.1098/rstb.2007.2163.

PRETTY, Jules. **Regenerating agriculture: policies and practice for sustainability and self-reliance.** London: Earthscan, 1995.

WARD, Neil et al. Universities, the knowledge economy and “neo-endogenous rural

development". **Newcastle upon Tyne**: Centre for Rural Economy, University of Newcastle upon Tyne, 2005.

WELLER, Wivian et al. Karl Mannheim e o método documentário de interpretação: uma forma de análise das visões de mundo. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 17, n. 2, p. 375-396, jul./dez. 2002.

Data de submissão: 10/08/2026
Data de aceite: 19/08/2026
Data de publicação: 19/08/2026